

Boletim do Professor

Revista Fórum destaca internacionalização do ensino

A edição de julho da Revista Fórum traz uma grande reportagem com o título **Sob o domínio do capital**. Estrangeiro, abordando as transformações no perfil do ensino superior privado no Brasil.

A publicação aproveita a fusão entre o Grupo Kroton e a Anhanguera, anunciada em 22/04, para explorar os investimentos externos nas IES. Segundo o texto, entre 1994 e 2002, as faculdades privadas aumentaram a participação de 74,4% para 88,1%, além de ampliar em 127,8% o número de vagas.

Entre os temas abordados, está a mudança de perfil das IES privadas nos últimos anos, quando muitas faculdades isoladas foram englobadas pelos grandes grupos.

"A Anhanguera começou com um conjunto de faculdades isoladas, que tinham esse nome exatamente porque se localizavam nas cidades ao longo da rodovia Anhanguera. Também, a partir daí, foi organizada financeiramente pelo banco Pátria, e no momento de abrir o capital, rodaram o mundo captando dinheiro de vários lugares", explica no texto o presidente da Fepesp, professor Celso Napolitano.

Os fundos de investimento estão presentes na Kroton (Advent International), no Grupo Estácio (GP), além da Anhanguera (Pátria). Segundo a publicação, coube ao setor privado investimentos significativos em EaD nos últimos anos, como forma de reduzir custos.

O texto, dos repórteres Felipe Rousselet e Glauco Faria, explora os efeitos da chegada do Prouni e do Fies no ensino superior. "A possibilidade de uma margem generosa está garantida pelo colchão que o Estado garante com o Fies e o Prouni. Sem eles, não teríamos esse processo de internacionalização e a chegada dos fundos de investimento", avalia Roberto Leher, professor da Faculdade de Educação da UFRJ.

A Revista Fórum é vendida em bancas de rua, mas também pode ser adquirida no [site](#) da publicação.

Conselho de Educação paulista tem novos integrantes

O governador Geraldo Alckmin (PSDB) nomeou em 29/07 seis novos integrantes para o Conselho de Educação (CEE) de São Paulo, para um mandato de três anos. A mudança mexe com 25% nos nomes, mas pouca coisa muda no perfil do órgão (veja abaixo). O decreto sobre o tema dá mais um mandato no cargo ao secretário-adjunto de Educação, João Cardoso Palma Filho, e a Hubert Alquéres, vice-presidente do Bandeirantes, colégio privado da capital.

Dos seis novos nomeados, dois também têm perfil considerado empresarial, segundo classificação da Fepesp. São eles: Jair Ribeiro da Silva Neto, diretor 'co-presidente' do Banco Indusval & Partners e fundador da Associação Parceiros da Educação; e Silvia Figueiredo Gouvêa, uma das donas da escola Lourenço Castanho.

Os demais conselheiros que passam a integrar o órgão são: Francisco Antonio Poli, presidente da Udemo; Bernadete Angelina Gatti, professora aposentada da USP e atual pesquisadora da Fundação Carlos Chagas (FCC); Laura Margarida Josefina Laganá, diretora superintendente do Centro Paula Souza (responsável pelas ETECs e Fatec's mantidas pelo governo estadual); A última indicada, Priscila Maria Bonini Ribeiro, é secretária de Educação de Guarujá e presidenta da Undime (Região Sudeste), mas fez carreira na Unaerp.

Os novos conselheiros tomarão posse em 07/08, durante reunião do CEE. Deixam o Conselho de Educação: Arthur Fonseca Filho, Décio Lencioni Machado, Milton Linhares e Sérgio Tiezzi Júnior (setor privado); Angelo Luiz Cortelazzo e Nina Beatriz Stocco Ranieri (setor público).

Empresários e.... mais empresários

A troca de um quarto dos 24 conselheiros anunciada pelo governo paulista não muda o perfil empresarial do CEE. Levantamento da Fepesp mostra que 58% dos conselheiros são ligados aos dirigentes do setor privado (escolas, faculdades, Fiesp, ONGs, bancos, consultorias), 29% têm laços com a rede pública e 12,5% dos conselheiros têm ambos os perfis.

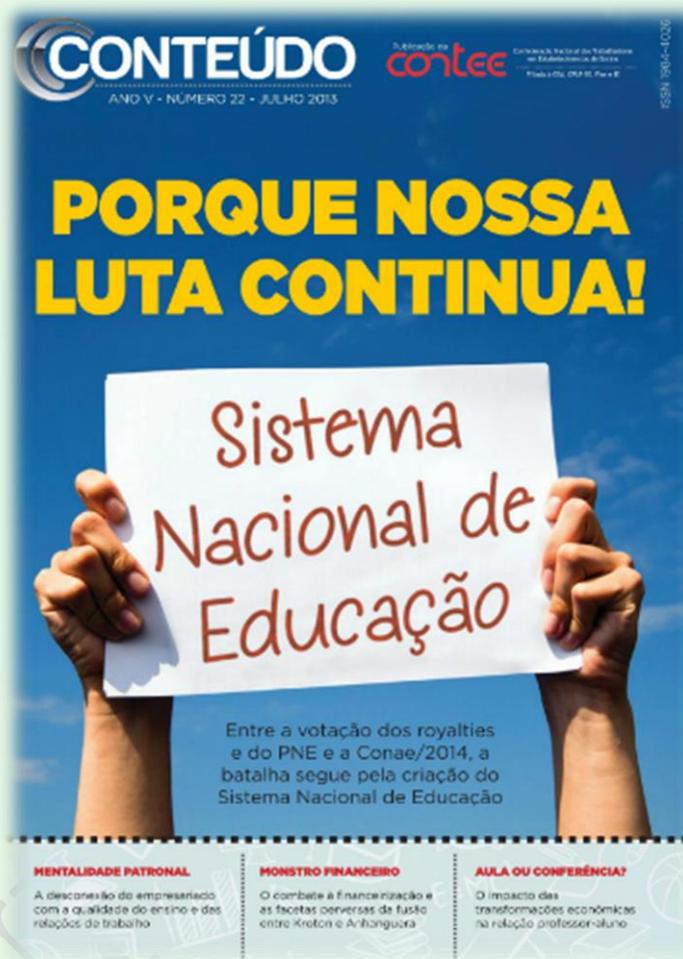
Em maio do ano passado, no primeiro levantamento, os três setores representavam 67%, 25% e 8%, respectivamente. De lá pra cá, houve troca de dez nomes, mas com pouquíssimo reflexo no peso dos três setores. A escolha dos conselheiros de educação está nas mãos do governador, que se baseia em legislação feita durante a ditadura. Pela lei estadual 10.043, de 1971, que criou o CEE, seus integrantes serão escolhidos entre "pessoas de notório saber e experiência em matéria de educação, observada a devida representação dos diversos graus de ensino e a participação de representantes do ensino público e privado".

Em março de 2012, um projeto de lei - PL 108 - foi apresentado na Assembleia Legislativa com o objetivo de reorganizar o Conselho e dar à sociedade o direito de indicar a maioria dos conselheiros. Para os autores, deputados Geraldo Cruz e Simão Pedro Chiovetti (ambos do PT), se aprovada, a proposta democratizará o órgão. O projeto passou pelas comissões e chegou até o plenário em novembro. Na época, poderia ter sido votado, mas saiu de pauta, pois não teria o apoio da maioria governista para aprovação.

Leia [aqui](#) tudo o que a Fepesp publicou sobre o CEE e sobre a discussão do PL 108.

Fonte: FEPESP

Revista Conteúdo de julho destaca importância da continuidade da luta pela criação do SNE

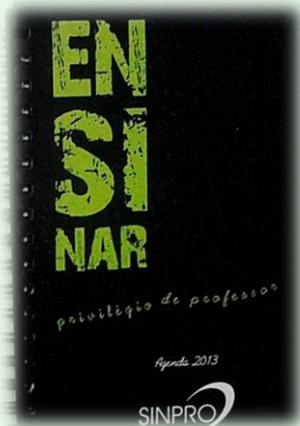


A Revista Conteúdo de julho traz uma reflexão sobre a continuidade da luta dos trabalhadores do setor privado de ensino para, além da partilha dos royalties e da aprovação do PNE com 10% do PIB para a educação pública, garantir a criação do Sistema Nacional de Educação (SNE) e a regulamentação da educação privada.

A matéria de capa, que traz observações do doutor em Educação Carlos Roberto Jamil Cury, faz justamente um histórico da batalha em prol do SNE e aborda o papel da Conae/2014. Mas, além disso, toda esta edição temática da Revista Conteúdo foi elaborada para tratar de questões pertinentes aos trabalhadores em educação do setor privado, desde as dificuldades de negociação com o patronato do ensino superior e os impactos negativos provocados nas relações de trabalho e na sala de aula pela financeirização da educação até a luta pelo reconhecimento e remuneração da atividade extraclasse e a preservação da saúde dos trabalhadores em estabelecimentos de ensino.

[Acesse aqui a edição de julho da Revista Conteúdo](#)

NOVIDADES



Professor, não deixe de buscar sua Agenda 2013

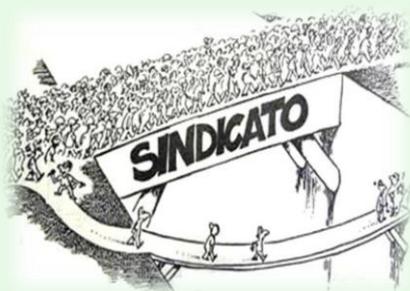
A agenda é feita por professores e para professores, tem a cara da nossa categoria do começo ao fim. Além do caderno de uso diário, há a sessão de Direitos, um guia indispensável para professores de Educação Básica e Ensino Superior. São dezessete temas, com orientações e dicas que vão desde a admissão do professor até a sua saída do local em que leciona. **Para os professores sindicalizados a agenda já está à disposição para ser retirada aqui no sindicato. – Av. Ana Costa, 145, em Santos - Para os demais professores, ao se sindicalizarem receberão também este instrumento de organização feito especialmente para a categoria. Então, não deixe de se sindicalizar. A união é importante para manter a força do Sindicato. Vamos mudar juntos.**

SINDICALIZE-SE

A união é importante para manter este sindicato forte. E assim, podemos continuar a lutar pelos direitos da categoria. Professor, não deixe de se sindicalizar. O SINPRO Santos está aqui para apoiá-los. **Entre em nosso site e [sindicalize-se!](#)**

DENÚNCIA

Professor, não deixe passar nenhuma irregularidade na instituição em que você ensina. Entre em contato com o SINPRO Santos e denuncie pelo [site](#) ou telefone: 3234-1071



SINPRO SANTOS NAS REDES SOCIAIS

Para criar uma maior aproximação com você, professor, criamos uma página no [Facebook](#) e uma conta no Twitter. Estes novos meios serão mais uma ferramenta para deixá-los atualizados e manter contato com a categoria. Não deixe de acessar. [Facebook](#) e [Twitter](#)

NOVIDADES

Cursos de Tecnologias Digitais para Educadores
Até 35% de desconto para associados do SinPro-Santos!
 (11) 2937-5111 www.easas.blog.br
 (13) 3301-2442 www.easas.com.br

Plano Professor

Planos de Saúde Unimed Paulistana

Planos com até
40%
 de Desconto*

Mural de recados no site do Sinpro Santos

Este espaço é destinado aos professores da Rede Privada para que sejam registradas denúncias de irregularidades e desrespeito aos direitos e às condições de trabalho dos professores.